

Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal

Author(s): João Peixoto

Source: *Análise Social*, Vol. 42, No. 183, Demografia (2007), pp. 445-469

Published by: Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa

Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/41012485>

Accessed: 21-12-2022 08:57 UTC

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at <https://about.jstor.org/terms>



Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Análise Social*

Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal**

INTRODUÇÃO

No campo dos estudos sobre migrações, os conceitos de «regime migratório» ou de «regime de mobilidade» são utilizados de forma episódica, carecendo geralmente de fundamentação teórica. Esses conceitos tendem a estar associados, ou a inspirar-se, noutros conceitos de uso mais corrente na demografia, como é o caso de «regime demográfico». Embora este último apresente também contornos teóricos pouco precisos, o certo é que a divulgação da teoria da transição demográfica criou as bases para que a existência de «fases», «etapas» ou, num sentido mais amplo, «regimes» seja relativamente bem acolhida. Nos estudos sobre migrações, a única teoria que tentou

* Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

** Algumas das secções deste texto foram já apresentadas pelo autor anteriormente. A secção sobre «dinâmicas e regimes migratórios» incorpora alguns elementos apresentados na introdução à sessão «Les dynamiques migratoires: conditions de changement», organizada pelo autor, no âmbito do colóquio internacional «Les migrations internationales: observation, analyse et perspectives», promovido pela Association Internationale de Démographes de Langue Française (AIDELF), em Budapeste, Setembro de 2004. A secção sobre «dinâmicas migratórias em Portugal» inclui excertos de uma comunicação apresentada nas 5.^{as} Jornadas de História Local, «Migrações: história, economia e encontro de culturas», organizadas pela Câmara Municipal de Fafe em Novembro de 2003. Ambas as comunicações foram publicadas nas actas desses encontros (v. Peixoto, 2007 e 2004b). Desejo agradecer aos meus colegas da organização e aos participantes no colóquio da AIDELF, bem como aos participantes nas jornadas de história local, as contribuições para ambas as secções e aos meus colegas da direcção da Associação Portuguesa de Demografia a ocasião e o estímulo para a publicação deste texto.

criar um paralelo com a noção de «transição demográfica» foi a teoria da «transição de mobilidade» (*mobility transition*) desenvolvida por Zelinsky (1971). Este autor tentou, através de um modelo de evolução, explicar de que modo as diferentes sociedades humanas passam de estádios mais primitivos para formas mais avançadas de mobilidade, incluindo os tipos recentes de «circulação» e «mobilidade virtual».

Neste texto serão avaliadas as condições de mudança dos factos migratórios, que poderão resultar de uma lógica de «etapas» ou «regimes» ou, pelo contrário, revelar uma dinâmica irregular e sujeita a factores imprevistos de curto prazo. Será mencionado como exemplo o caso português, com a passagem de uma fase de emigração para uma de imigração, mas com múltiplas irregularidades de evolução subjacentes. Estas irregularidades demonstram que a ideia de evolução simples não corresponde inteiramente à realidade, pelo que a atribuição de factores explicativos primordiais se revela problemática. Serão descritos, em primeiro lugar, os elementos teóricos que sugerem a existência de «fases» ou «regimes» migratórios e de mobilidade. Em segundo lugar, será revista a situação portuguesa face às migrações internacionais tanto no que se refere à emigração como à imigração. Finalmente, serão combinados esses contributos, tentando verificar se existem ou não condições para se falar de lógicas teóricas de evolução, isto é, se devemos ou não aceitar a ideia de previsibilidade de evolução.

AS DINÂMICAS E OS REGIMES MIGRATÓRIOS

As condições de mudança das dinâmicas migratórias, ou, num sentido teórico mais estrito, as mudanças de «regime migratório», são um dos tópicos mais interessantes de reflexão da demografia contemporânea. Do ponto de vista desta disciplina, uma das principais questões que se colocam resulta da comparação entre a relativa solidez das teorias disponíveis para a explicação das dinâmicas naturais (natalidade e mortalidade), sobretudo quando pensamos nos contributos disponíveis sobre a transição demográfica, e a relativa fraqueza das teorias referentes às dinâmicas migratórias. De facto, a demografia fornece contributos gerais que explicam a evolução histórica da natalidade e da mortalidade, incluindo a sua baixa generalizada recente, mas pouco nos diz sobre a evolução das migrações. Reflectindo por analogia, se algumas teorias demográficas anunciam «fases de transição» ou mudanças de «regime», com referência às dinâmicas naturais, serão possíveis conceitos análogos no campo das migrações? No caso afirmativo, a existirem mudanças padronizadas no tipo de migrações, estas poderão dar origem à noção de «regimes migratórios» ou mesmo de «transição migratória».

As alterações de «regime migratório» poderão consistir em mudanças graduais do saldo migratório, do volume ou das características dos migrantes. Estarão neste caso algumas situações habituais nos estudos sobre migrações: passagem de uma fase de emigração para uma de imigração líquida, variações do tipo de mobilidade predominante (longa para média ou curta duração) ou do tipo de migrantes (menos para mais idosos, pouco para muito qualificados), por exemplo. Um problema mais amplo, caso exista verificação empírica de mudanças padronizadas, será detectar quais os principais factores explicativos em acção. Estes poderão resultar de variáveis estritamente demográficas ou de variáveis económicas, sociais ou políticas. No primeiro caso dever-se-á reflectir sobre a inter-relação existente entre variáveis migratórias e outras variáveis demográficas. Por exemplo, existe ou não relação entre a transição demográfica clássica e a evolução das migrações? No segundo caso, dever-se-ão isolar as variáveis económicas, sociais ou políticas mais pertinentes para assegurar uma transição migratória.

O interesse de uma perspectiva deste tipo subsiste ainda que substituamos a noção mais rígida de «regimes» por uma mais flexível de «dinâmicas migratórias». Mesmo que não se pretenda verificar um modelo universal de evolução, poderão ser procuradas regularidades e factores explicativos recorrentes. O objectivo será sempre evitar transformar a análise das migrações num conjunto de relatos de situações únicas e irrepetíveis, num contexto nacional ou local, uma situação que não é abundante na análise das dinâmicas naturais, mas que é habitual nos estudos migratórios.

Em demografia têm sido várias as teorias que têm reflectido sobre uma evolução lógica do crescimento natural, incluindo as teorias da transição demográfica. Todos os contributos deste tipo têm definido a existência de «regimes», «fases» ou «etapas». Podemos argumentar que, ao contrário do que algumas visões simplistas sugerem, não há acordo teórico sobre aqueles conceitos e teorias, dada a grande variedade de perspectivas, cronologias e factores explicativos adoptados. Uma das maiores diferenças neste domínio separa as versões francófonas (Landry) das anglófonas (Thompson, Notestein, Coale e Hoover) das teorias da transição. Adicionalmente, mesmo a noção de «regime demográfico» não é sempre bem situada na teoria e nas descrições empíricas. A noção de «demografia de Antigo Regime», por exemplo, que articula de forma sistémica diversas variáveis com incidência demográfica, tem pouca correspondência na actualidade (para uma apreciação crítica a estas teorias, v. Bandeira, 1996a e 1996b, e Oliveira, 2003).

É também certo que a análise pormenorizada de situações demográficas singulares — por exemplo, a «transição demográfica» num mesmo país ou a variação da fecundidade num dado contexto geográfico e período de tempo — não se compadece com «grandes teorias», como a teoria da transição, e obriga a um esforço de detecção de variáveis contextuais que

explicam determinado tipo de situações. Alguns esforços teóricos da demografia, como sucede com a perspectiva do «sistema de respostas múltiplas», são exemplares desta necessidade de medir e explicar com maior rigor situações particulares, colocando em relação as variáveis do crescimento natural com variáveis não utilizadas na análise da transição, incluindo a nupcialidade e as migrações (cf. Oliveira, 2003). A conjugação da análise demográfica com contributos oriundos de outras ciências sociais, como a sociologia, reforça o carácter contextual das explicações, sempre que se estudam variações concretas dos fenómenos populacionais. Por outras palavras, as generalizações excessivas não são sempre bem acolhidas em demografia.

Contudo, podemos aceitar que as diferentes perspectivas teóricas sobre a «transição demográfica» e fenómenos equivalentes têm o mérito de procurar uma compreensão agregada e abstracta de fenómenos por vezes muito diversos na realidade — o que é o objectivo de uma boa teoria e que tem sido escasso nos estudos sobre migrações. Para além disso, a análise comparativa demonstra que as dinâmicas naturais têm apresentado fortes regularidades de evolução em muitos países do mundo, facto de que a descida generalizada das taxas de mortalidade e natalidade e o correspondente envelhecimento da estrutura etária são os melhores exemplos. A relativa convergência de alguns padrões demográficos tem permitido que, a par de uma grande variedade de explicações teóricas contextuais, se perfile uma visão de conjunto. São estas regularidades que, independentemente da necessidade de se proceder a aproximações específicas em determinados contextos, justificam o enorme eco que, apesar das críticas, têm tido os vários contributos teóricos da «transição».

A mais importante tentativa de aplicação da lógica teórica da transição demográfica à evolução dos fenómenos migratórios foi, até hoje, a de Zelinsky (1971), com a teoria de transição de mobilidade (*mobility transition*). Segundo este autor, verifica-se, com o tempo, uma «transição de mobilidade» em todas as sociedades, paralela aos processos de desenvolvimento económico e de «transição vital» (crescimento natural da população). Ao longo de cinco fases, passa-se de uma época de migrações internacionais e internas de tipo rural-urbano (o «êxodo rural» clássico) para uma migração e «circulação» de natureza inter e intra-urbana e, posteriormente, para uma comunicação na ausência de deslocamentos. Os «estádios» (ou fases) da transição são cinco: (i) sociedade tradicional pré-moderna; (ii) transição inicial; (iii) transição madura; (iv) avançada; (v) sociedade futura «superavançada» (Zelinsky, 1971, pp. 230-231 e 234 e segs.).

Segundo o autor, com a evolução das fases variam as «formas de mobilidade» espacial: as migrações internacionais atingem o seu auge nas fases II e III e diminuem posteriormente; as «migrações de fronteira» (internas) têm um comportamento semelhante, para se anularem no final; a migração rural-

-urbana atinge o seu auge nas fases III e IV e quase se anula na actualidade; a migração inter e intra-urbana está sempre em aumento, com o grande impulso a ocorrer na fase III, registando depois um crescimento moderado; a «circulação» está também em permanente aumento (com um grande impulso na fase IV). Por seu lado, a «migração potencial» absorvida pela circulação está, desde a fase III, sempre em crescimento, como acontece com a «circulação potencial» absorvida pelos sistemas de comunicação. No período recente, a circulação (deslocações no interior de um perímetro cada vez mais amplo, sem mudança de residência) substitui, primeiro, as «migrações» clássicas devido às novas tecnologias de transporte; depois, a própria circulação é substituída pelos «sistemas de comunicação» devido às novas tecnologias de comunicação. Segundo Zelinsky, as «viagens são tornadas redundantes pela transmissão mais eficiente de mensagens com objectivos de negócios, sociais e educacionais» (*ibid.*, pp. 231-232).

Podemos certamente criticar o autor pelo evolucionismo simples da sua teoria. Se o paralelismo com a «transição demográfica» pode aparentar algum valor heurístico, a ideia de uma evolução linear das migrações e o determinismo económico e tecnológico nela implícitos são bastante problemáticos¹. No que diz respeito aos contextos de análise, verificamos que existem diferenças importantes de evolução e características migratórias entre regiões e países, mesmo quando o seu nível de desenvolvimento económico é semelhante. Considerando apenas as migrações internacionais, tais diferenças decorrem da história de cada país e da sua relação com outros espaços mundiais (constituindo, ou não, sistemas migratórios), do modo de regulação dos mercados de trabalho e dos contextos sociais e políticos de recepção. Por esta razão, a maioria das explicações dos fluxos migratórios remete para factores contextuais, de tipo económico, social, político, institucional e cultural. É admitido que as realidades nacionais, ou mesmo locais, possuem especificidades de tal modo fortes que condicionam a sua história migratória. A grande diversidade de teorias envolvidas nos estudos sobre migrações (cf. Bretell e Hollifield, 2000, por exemplo) reflecte esta variedade do fenómeno.

Outro desmentido à teoria de Zelinsky está ligado à forte irregularidade das dinâmicas migratórias. Se estudarmos, em particular, a evolução contemporânea das migrações internacionais, qualquer que seja o contexto de observação, os dados indicam muitas vezes grandes variações de curto prazo no que diz respeito ao volume e características dos migrantes. Podemos

¹ Adicionalmente, algumas das suas teses principais não foram validadas empiricamente: a ideia de que as migrações internacionais declinariam na contemporaneidade, substituídas pela circulação, tem sido desmentida de forma sistemática. Jamais, como no final do século XX, as migrações internacionais foram tão intensas (cf., por exemplo, Castles e Miller, 1998).

admitir que existe uma forte influência de factores de curto prazo sobre as migrações. Devemos aqui reter, entre outros, o papel das políticas migratórias, as fases dos ciclos económicos e a existência de acontecimentos indutores de migrações (tal como conflitos políticos e crises alimentares) tanto nos países de origem como de acolhimento. A difusão de informação e a presença de «inércias» migratórias, causadas pelo funcionamento das redes sociais, permitem suavizar, mas não anulam estas variações.

Na análise demográfica, a falta de linearidade, a multiplicidade de factores explicativos e as variações conjunturais dos fluxos migratórios têm colocado alguns problemas. No plano geral, o tratamento do tema é por vezes feito de forma pouco desenvolvida. Como se sabe, em muitos manuais e pesquisas demográficas as migrações são subalternizadas, não porque a sua importância quantitativa na dinâmica da população seja subestimada, mas porque se considera que os seus modelos de análise são outros. No plano operacional, uma das consequências melhor conhecidas da particularidade das migrações é a dificuldade de construção de projecções demográficas. Existe, como se sabe, uma ausência frequente de consenso no estabelecimento de cenários migratórios. Algumas dessas dificuldades são políticas e sociais e passam pela resistência à admissão de certos cenários. Outras são sobretudo técnicas. Em termos relativos, podemos talvez admitir que as dinâmicas naturais são mais contínuas e estáveis no tempo. Os factores dinâmicos de curto prazo, por exemplo, são muito menos activos no que se refere às dinâmicas naturais, donde resulta a maior estabilidade e facilidade de previsão destas últimas.

Não por acaso, os esforços de Zelinsky não tiveram eco posterior e são pouco frequentes as análises de convergência na área das migrações. Apesar disto, a iniciativa do autor em desenhar uma teoria de grande fôlego e a lucidez com que trata alguns fenómenos modernos de mobilidade parecem elevadas. Tal acontece com a inclusão de alguma evidência empírica sedimentada (a diminuição dos fluxos inter-regionais de tipo rural-urbano e o aumento da interactividade urbana), como com a abertura de hipóteses em relação às possibilidades técnicas de interacção à distância². Para além disto, apesar da diversidade de situações em diferentes contextos espaço-temporais, a análise das dinâmicas migratórias revela que existem situações de convergência ou, noutros termos, padrões de evolução. A passagem dos países da Europa ocidental de países de emigração para contextos de imigração após a segunda guerra mundial, o mesmo tipo de transição efectuada na

² A ideia de que diminui a migração tradicional de longa distância, aumentando a «circulação» entre meios urbanos, parecia, em 1971, arrojada, mas a sugestão de que pode existir uma fase «terminal» da mobilidade, marcada por uma intensa interacção e menor deslocação física, é-o ainda mais.

Europa do Sul nas últimas décadas do século xx, ou o declínio dos movimentos migratórios de sentido rural-urbano, são alguns exemplos de convergência.

É possível admitir que a análise das migrações deve evoluir, assim, entre dois pólos. Por um lado, a irregularidade das tendências migratórias observadas pode esconder uma lógica estrutural de evolução que apenas uma observação de longo prazo ou uma teoria sólida podem captar. A ideia de que alguns padrões demográficos das sociedades de acolhimento ou de origem (por exemplo, a implosão e o envelhecimento, contra a explosão e a juventude) ou certos estádios de evolução sócio-económica (por exemplo, o aumento do nível de vida e das possibilidades de mobilidade social) estão associados a certas realidades migratórias vai neste sentido. Por outro lado, defrontamo-nos com a singularidade irredutível dos factos migratórios, ligados a realidades contextuais que não podem ser generalizadas. Neste último caso, rejeitam-se quaisquer formas de evolução única ou linear. Algumas posições intermédias podem, no entanto, existir. A demonstração de que existem características comparáveis entre grupos de países permite ultrapassar uma noção demasiado localizada das migrações e efectuar algumas generalizações. Alguns estudos recentes sobre o «modelo» migratório da Europa do Sul, por exemplo (v., entre outros, King *et al.*, 2000), revelam a existência de convergências, que se podem aproximar de lógicas transversais de evolução — mesmo quando rejeitam qualquer tipo de linearidade.

Qualquer que seja o modelo adoptado, a observação das mudanças migratórias e a definição dos seus principais factores explicativos tornam-se cada vez mais importantes, no seio da análise demográfica, devido ao papel que as migrações hoje desempenham para explicar as dinâmicas demográficas gerais. Uma vez que o crescimento natural tende a ser cada vez mais fraco, à medida que os diferentes países e regiões se desenvolvem — ou, em termos teóricos, terminam a sua transição demográfica clássica —, as variações demográficas nacionais, regionais e locais tendem a ser cada vez mais explicadas pelos impactos directos e indirectos das migrações. Este ponto tem estado também associado à discussão em torno das «migrações de substituição» (cf. ONU, 2000). Segundo numerosos autores, e apesar das contratendências que existem neste domínio, a existência de uma imigração sustentada deverá ser um factor indutor de equilíbrio em sociedades demograficamente avançadas.

AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS EM PORTUGAL

A observação atenta dos fluxos de migrações internacionais em Portugal, na actualidade, leva a concluir por uma situação complexa. Tendo em conta

os acontecimentos ocorridos nas últimas décadas, o apogeu do movimento de emigração situou-se entre os finais da década de 60 e o início dos anos 70 do século xx. Após esse período, o declínio da emigração, e mesmo a sua eventual extinção, foi algumas vezes anunciado. Durante muito tempo um país de emigração, Portugal viu-se, entretanto, confrontado com a nova realidade da imigração estrangeira. A ideia de que o país se tornou um «país de imigração» foi divulgada em livro pela primeira vez no início dos anos 90 (Esteves, 1991). Algumas pesquisas posteriores acerca da reanimação e manutenção de fluxos emigratórios para o estrangeiro, ocorridos entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, vieram mitigar a versão unilateral da imigração (Baganha e Peixoto, 1997). Mas, apesar das várias reactivações das saídas até à actualidade, o certo é que tanto a pesquisa científica como a opinião pública se concentraram no fenómeno das entradas. A imigração estrangeira tem dominado os debates científicos e o imaginário público.

Em termos teóricos, a mudança de um modelo dominado pela emigração para um de imigração poderia configurar uma mudança de «regime», isto é, a transição para uma fase diferente de evolução. Porém, sob alguns pontos de vista, a situação portuguesa aparenta ser anómala do ponto de vista da noção dos «regimes» e também do que resulta da experiência histórica da União Europeia (UE), incluindo o contexto da Europa do Sul. Todos os casos de adesão de países menos desenvolvidos à União têm revelado uma diminuição rápida dos movimentos de saída e um acréscimo dos fluxos de entrada. Tal ocorreu tanto com a evolução da Itália ao longo dos sucessivos alargamentos da UE como com os restantes países da Europa do Sul que aderiram nos anos 80, nomeadamente Espanha e Grécia. No caso português, o que parece surpreender é a dificuldade de extinção dos movimentos de saída: eles foram identificados nos anos 90 e continuam a dar sinais de sobrevivência.

EMIGRAÇÃO

Nesta secção iremos apresentar e discutir alguns elementos disponíveis sobre a emigração portuguesa mais recente. No quadro n.º 1 e nos gráficos n.ºs 1 a 3 estão representadas as séries estatísticas oficiais sobre emigração permanente e temporária desde 1976 até 2003. Por emigração «permanente» entendem-se os indivíduos que abandonaram o país com intenção de residirem no estrangeiro por um prazo superior a um ano. Por emigração «temporária» entendem-se os indivíduos que declararam ausentar-se para o exterior com intenção de aí permanecerem por menos de um ano. A interrupção na série estatística entre 1988 e 1992 resulta da alteração da fonte utilizada para detectar os emigrantes. Até 1988 prevaleceu a contagem baseada nos «pas-

saportes de emigrante». A extinção destes, por força da adesão à UE, levou a que o INE desencadeasse um novo processo de medição, de tipo «indirecto», baseado num inquérito por amostragem³.

**Emigração total, permanente e temporária,
1976-2003**

[QUADRO N.º 1]

Anos	Emigração			Percentagem	
	Total	Permanente	Temporária	Permanente	Temporária
1976	19 469	17 493	1 976	89,9	10,1
1977	19 543	17 226	2 317	88,1	11,9
1978	22 112	18 659	3 453	84,4	15,6
1979	26 318	20 574	5 744	78,2	21,8
1980	25 207	18 071	7 136	71,7	28,3
1981	23 147	16 513	6 634	71,3	28,7
1982	17 135	10 276	6 859	60,0	40,0
1983	13 680	7 096	6 584	51,9	48,1
1984	13 963	6 556	7 407	47,0	53,0
1985	14 944	7 149	7 795	47,8	52,2
1986	13 690	6 253	7 437	45,7	54,3
1987	16 228	8 108	8 120	50,0	50,0
1988	18 302	9 540	8 762	52,1	47,9
1989	—	—	—	—	—
1990	—	—	—	—	—
1991	—	—	—	—	—
1992	39 322	22 324	16 998	56,8	43,2
1993	33 171	15 562	17 609	46,9	53,1
1994	29 104	7 845	21 259	27,0	73,0
1995	22 579	8 109	13 390	35,9	59,3
1996	29 066	9 598	19 468	33,0	67,0
1997	36 395	7 254	29 681	19,9	81,6
1998	22 196	7 935	14 261	35,7	64,3
1999	28 080	4 077	24 003	14,5	85,5
2000	21 333	4 692	16 641	22,0	78,0
2001	20 589	5 762	14 827	28,0	72,0
2002	27 358	8 813	18 545	32,2	67,8
2003	27 008	6 687	20 321	24,8	75,2

Nota: Em 1995 e 1997, o total apresentado pelo INE não corresponde à soma das parcelas.

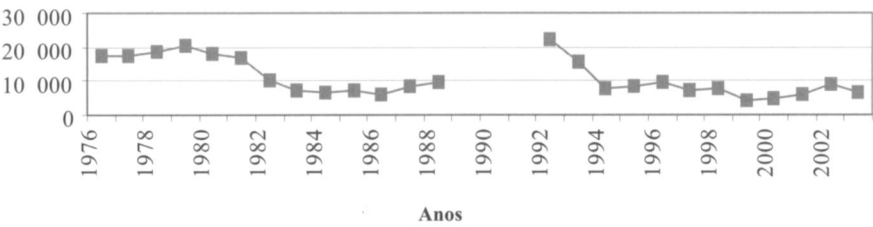
Fonte: INE.

³ Este método consiste numa inquirição indirecta a uma amostra representativa da população acerca da emigração. Tomando como base uma amostra dos alojamentos, é inquirido se, naquele alojamento, alguém se ausentou no último ano para o estrangeiro por motivo de emigração. O método apresenta duas fragilidades maiores: por se tratar de uma inquirição indirecta, as informações recolhidas não são fornecidas pelo próprio migrante; por se tratar de um inquérito por amostragem, as margens de erro dos valores podem ser substanciais, sobretudo no caso de pequenos fluxos. Uma vez que não existem outras alternativas fiáveis de medição da emigração, este método parece representar, na actualidade, a melhor forma de medição das saídas a partir da origem.

No quadro n.º 1 e no gráfico n.º 1 estão representados os emigrantes permanentes. A sua diminuição até um valor muito escasso, ao longo do

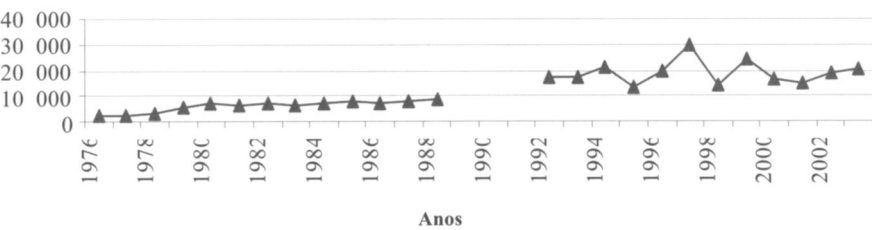
Emigração permanente

[GRÁFICO N.º 1]



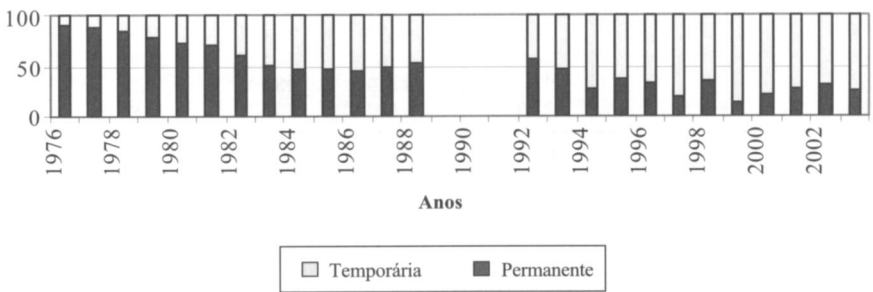
Emigração temporária

[GRÁFICO N.º 2]



Emigração permanente e temporária
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 3]



tempo, é bem evidente. Depois do apogeu das saídas verificado na viragem dos anos 60 para 70 observa-se uma redução gradual dos fluxos. Esta evolução é apenas perturbada por um ligeiro aumento na viragem para os anos 80, por valores mais significativos em 1992 e 1993 (provavelmente resultantes do carácter recente do novo inquérito estatístico) e por um ligeiro

acréscimo a partir de 2000. Em 1999 o valor desceu a um mínimo histórico, com cerca de 4000 emigrantes anuais.

Os emigrantes temporários (quadro n.º 1 e gráfico n.º 2) denotam uma tendência contrária. O seu aumento ao longo do tempo, desde 1976, é muito claro. O seu número passou de quase 9000 emigrantes anuais, nos finais dos anos 80, para valores que rondam os 20 000, desde 1992 até à actualidade, tendo atingido um máximo, de perto de 30 000, em 1997. As grandes oscilações verificadas nos anos 90 poderão, de novo, ter mais a ver com problemas do inquérito estatístico do que com variações concretas, apesar de ser possível ter havido maior volume de saídas em meados da década. O certo é que o fluxo demonstra uma vitalidade evidente.

No gráfico n.º 3 encontra-se representada a comparação entre os fluxos permanentes e temporários. Verificamos, assim, que a maioria da nova emigração foi temporária. A proporção dos que saíram temporariamente aumentou de forma clara — embora com irregularidades —, até se situar em mais de 70% na actualidade.

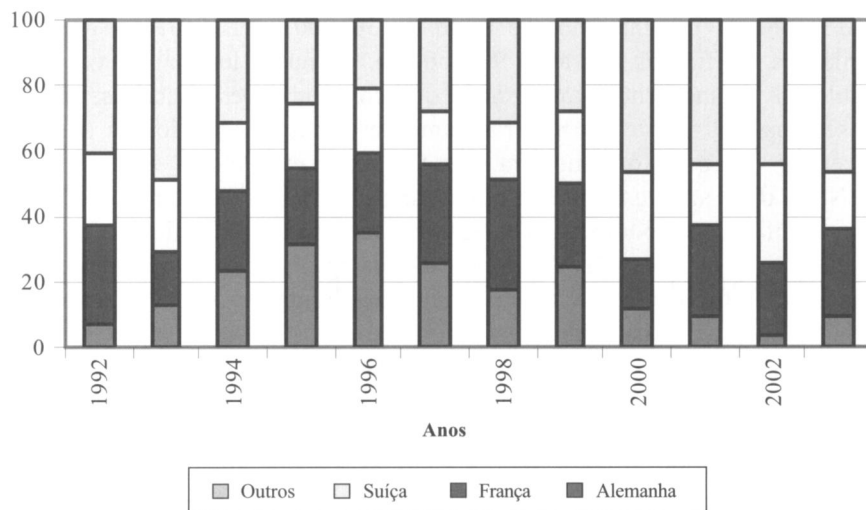
Apesar da identidade estatística, o verdadeiro estatuto dos emigrantes temporários pode ter variado com o tempo. Estes emigrantes são, habitualmente, trabalhadores temporários, que declaram uma ausência do país por um período restrito — em regra, de três meses a um ano. Até meados dos anos 90 admitiu-se que muitos destes indivíduos eram emigrantes permanentes em potência (cf. Baganha, 1993). Eles recorriam ao estatuto do trabalho temporário por ser a única forma legal de acederem ao mercado de trabalho dos países de destino. Depois, reincidiam na saída até obterem um estatuto «permanente». Mais recentemente, tem sido admitido que se trata de um verdadeiro trabalho temporário: indivíduos que se ausentam do país por períodos restritos, de modo a maximizarem o rendimento que auferem num qualquer trabalho no estrangeiro.

Os destinos escolhidos por estes emigrantes — permanentes e temporários — não são muito diferentes dos que fizeram a história contemporânea da emigração portuguesa (v. gráfico n.º 4; para os valores absolutos, cf. www.ine.pt). Considerando apenas o período posterior a 1992, os países que registaram maiores números de entradas anuais totais foram, por ordem decrescente, a França, a Suíça e a Alemanha, com valores que se situaram frequentemente entre os 5000 e os 10 000 por ano. Enquanto a França e a Suíça mantiveram, com irregularidade, o poder de atracção, a Alemanha conheceu uma intensificação da emigração até meados da década para depois gradualmente diminuir o seu peso. No caso da Alemanha, sabe-se que estes números reflectem a atracção de trabalhadores portugueses para o sector da construção civil no período posterior à reunificação, fluxo que diminuiu quando as autoridades e sindicatos alemães conseguiram impor restrições à entrada de trabalhadores estrangeiros (Cavalheiro, 2000; Hunger, 2000). O Reino

Unido, a Espanha, os EUA e o Canadá também atraíram emigrantes neste período, embora de modo irregular e com valores mais diminutos.

Emigração total — destinos
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 4]



Considerando os dados sobre a repartição por sexos (v. gráfico n.º 5; para os valores absolutos, cf. www.ine.pt), estes indicam a normal sobremasculinidade da emigração temporária — com valores que, desde 1976 até à actualidade, se situam em torno dos 80% — e, o que é mais surpreendente, o recente aumento, até valores próximos, da masculinidade da emigração permanente, à excepção do registo de 2003, mais baixo do que os anteriores. Como se sabe, maiores contingentes de emigrantes do sexo masculino denotam uma maior importância da emigração de trabalho e, no caso dos fluxos permanentes, a existência de um ciclo de trabalho. Os valores equilibrados da repartição por sexos dos emigrantes permanentes até 1988 (cerca de 50% de homens) indicavam que o ciclo de reagrupamento familiar se cumpria, enquanto os valores mais recentes (78% de homens em 2002) sugerem que um novo ciclo de trabalho se inicia.

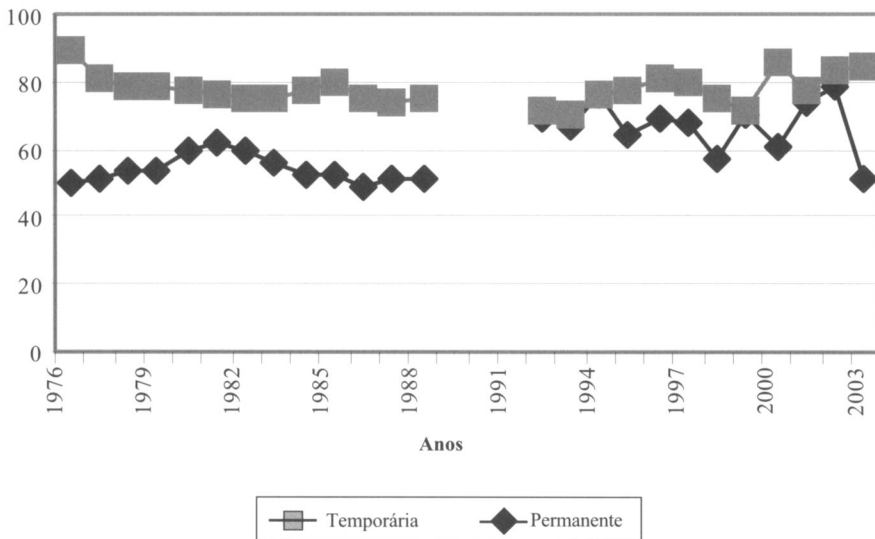
Algumas outras características da emigração têm sido objecto de registo estatístico. Observando apenas o ano de 2003, é possível conhecer, entre outras variáveis, a região de origem, a idade, o estado civil e o nível de instrução dos migrantes⁴ (cf., para os valores absolutos, www.ine.pt).

⁴ As variáveis divulgadas nas estatísticas oficiais são, para além das que foram descritas, o trimestre de saída, a dimensão da família e a nacionalidade. Nenhuma informação é

Quanto à região de origem, descobrimos que o panorama não é muito diferente daquele que, durante longos anos, caracterizou o êxodo emigratório português. As saídas do Norte são predominantes tanto na emigração permanente (60% do total) como na temporária (cerca de 35%), o que revela a sua sobrerrepresentação neste movimento. Os números sobre idade e estado civil confirmam a natureza económica dos fluxos, centrados sobre um segmento de homens em idade activa jovem e maioritariamente solteiros. Em 2003, o grupo etário dos 15-29 anos concentrava 41% dos emigrantes permanentes e 47% dos temporários, enquanto os solteiros representavam 48% e 46%, respectivamente. Os números sobre níveis de instrução revelam que o ensino básico (1.º ao 3.º ciclo) concentra a grande maioria das saídas, com mais de dois terços e três quartos dos fluxos totais, para a emigração permanente e temporária, respectivamente. Estes dados sugerem, por um lado, o nível relativamente baixo de escolarização dos emigrantes e, por outro, uma menor escolarização dos emigrantes mais envolvidos em fluxos temporários de trabalho.

Emigração por sexos — homens
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 5]



As bases estatísticas em que assentam estes dados são algo frágeis. Como vimos, o método de inquirição indirecta que lhes está na base pode apresentar insuficiências importantes. Os valores estatísticos que se têm

disponibilizada acerca de características sócio-económicas fundamentais, como sejam a condição perante o trabalho (emprego e desemprego) e a profissão.

apurado nos países de destino têm confirmado, porém, a existência de fluxos significativos de portugueses para aí dirigidos. Apesar de se tratar de estatísticas obtidas por métodos e com conceitos variáveis, que não captam muitas vezes movimentos temporários, e de não estarem disponíveis informações para todos os destinos, é sempre verificada a manutenção do fluxo de saída. Este tipo de exercício foi já efectuado, por mais de uma vez, para obter dados sobre a emigração portuguesa (cf. Peixoto, 1999, por exemplo). Em todos os casos tem sido confirmado o vigor da emigração e, em geral, o tipo de destinos acima enunciado. Só uma pesquisa mais aprofundada, ainda por fazer, poderá captar informações mais detalhadas acerca das características demográficas e sócio-económicas dos novos migrantes.

Tem sido, sobretudo, por referências pontuais, muitas vezes de origem não académica — por exemplo, investigação jornalística —, que se têm apurado algumas características mais aprofundadas da emigração recente. Sabe-se, assim, que uma fracção significativa da emigração se processa através de percursos organizados. São empresas que obtêm projectos por subcontratação no destino e que, para esse efeito, deslocam temporariamente conjuntos de trabalhadores, ou empresas de trabalho temporário que funcionam como simples intermediários de mão-de-obra. O primeiro tipo de canal foi abundantemente utilizado durante o período de maior emigração para a Alemanha nos anos 90. Os «trabalhadores destacados» apresentavam a vantagem de serem pagos com salários mais próximos do país de origem e de os seus encargos (incluindo a segurança social) remeterem também para Portugal — o que lhes conferia clara competitividade no mercado de construção civil alemão. A partir de meados da década, a resistência das autoridades e sindicatos alemães tornou mais complexa esta forma de destacamento (Cavalheiro, 2000; Hunger, 2000). O facto de os trabalhadores portugueses beneficiarem do estatuto de cidadãos da UE facilitava ainda este movimento — as empresas beneficiavam do estatuto de livre prestação de serviços e os trabalhadores apresentavam-se como «comunitários».

Sabe-se que, mesmo depois do declínio destes movimentos para a Alemanha, este tipo de percursos organizados se manteve, escolhendo agora outros destinos, ainda na UE ou no domínio mais amplo do espaço económico europeu. O uso de empresas subcontratadas ou de empresas de trabalho temporário é recorrente. Notícias de jornais têm revelado a existência de fluxos organizados para países como o Reino Unido, Irlanda, Itália e Islândia, quase sempre para o sector da construção civil, mas também para a agricultura ou indústria metalomecânica e naval (cf. *Público*, «Situações de portugueses explorados no estrangeiro estão a aumentar» e «Resposta ao desemprego», 13-11-2003). A evidência recolhida confirma ainda que, como também já sucedera no caso alemão, a margem de sobreexploração e de fraude é significativa. Mesmo que se garantam as condições contratuais à partida, o nível de exploração no local de trabalho (horários excessivos e más condições de instalação, por exemplo)

pode ser elevado. Muitas vezes a fraude pode ocorrer com incumprimento das promessas feitas, o que é reforçado pela presença de empresas clandestinas ou que aparecem e desaparecem rapidamente (cf. *Público*, *ibid.*). Para além destes movimentos organizados, parecem também manter-se numerosos percursos de migração económica individual (cf. *Público on-line*, «Portugueses emigram cada vez mais para o Reino Unido», 30-3-2005).

Torna-se evidente que uma investigação mais aprofundada é urgente nestes domínios. Pouco se sabe acerca das condições sócio-económicas dos novos migrantes à partida. Ignoramos se são empregados ou desempregados (e que tipo de desempregados — recentes ou de longa duração), que tipo de profissão desempenham e se são qualificados ou não. Ignoramos se se ausentam como reacção à pouca regulamentação, traduzida em baixos rendimentos e elevada precariedade do trabalho, em sectores como o da construção civil em Portugal (situação que justifica o aumento da imigração). Ignoramos a estratégia migratória, incluindo o período médio de ausência e a eventual existência de um projecto migratório continuado. Olhando para os genuínos emigrantes «temporários», o que parece claro é que o propósito destes indivíduos é obter num período reduzido de tempo um máximo de rendimento — um nível de rendimento que, em circunstâncias idênticas, não seria realizável em Portugal. Ora, mesmo ignorando muito do novo contexto da emigração, este propósito releva ainda das mesmas condicionantes da emigração portuguesa ao longo das décadas: são objectivos económicos, visando a melhoria das condições de vida, que ainda incitam os portugueses a abandonar, mesmo que temporariamente, as regiões de origem — as mesmas que continuam a não conseguir preencher as suas necessidades.

IMIGRAÇÃO

Se o estudo da emigração recente não tem sido efectuado, o mesmo não se pode dizer em relação aos fluxos de imigração estrangeira. Estes têm sido objecto de muito mais vasta atenção tanto por parte da comunidade académica como por parte dos meios de comunicação e da opinião pública (entre as referências mais recentes, v. Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002, Malheiros, 2002, e Pires, 2003). O facto de se tratar de um fluxo bem conhecido liberta-nos de termos de o descrever em detalhe. Iremos, nesta secção, salientar apenas algumas das suas características essenciais.

A imigração estrangeira — descrita, em resultado dos constrangimentos estatísticos, pelo *stock* de população residente de nacionalidade estrangeira — tem conhecido um forte incremento nas últimas décadas e, em particular, nos anos mais recentes (v. quadro n.º 2 e gráfico n.º 6). O carácter gradual do seu crescimento desde o final da década de 70 foi interrompido por algumas acelerações, sobretudo resultantes dos processos de regularização extraordinária da imigração ilegal. A primeira aceleração data de meados

da década de 90, na sequência do processo de regularização de 1992-1993. Muito mais intenso é o incremento resultante da lei que criou as «autorizações de permanência», publicada em 2001 e com efeitos nesse ano e em 2002-2003. O novo estatuto — entretanto extinto — não permitia a concessão no curto prazo de autorizações de residência, isto é, ele funcionou na prática como uma modalidade de imigração «temporária» para fins de trabalho. Embora os seus números não se possam sobrepor aos dos estrangeiros «residentes», o certo é que o seu volume se tornou impressionante — quer se leve ou não em conta a possibilidade de muitos destes estrangeiros virem a solicitar, a médio prazo, a residência efectiva. De facto, o número total de estrangeiros presentes, com aqueles estatutos legais, em Portugal passou de cerca de 208 000 em 2000 para mais de 434 000 em 2003.

População estrangeira — residentes legais e autorizações de permanência, 1975-2003

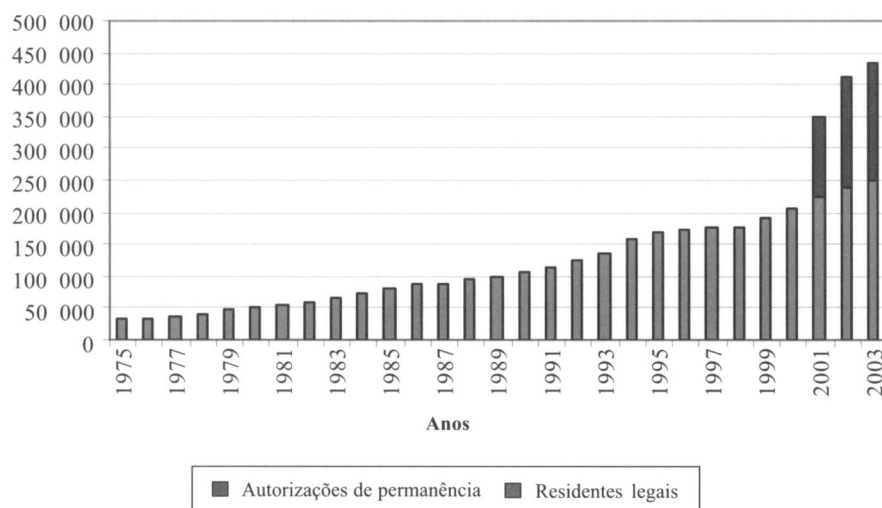
[QUADRO N.º 2]

Anos	Residentes legais	Autorizações de permanência	
		Novas	Acumuladas
1975	31 983	—	—
1976	32 032	—	—
1977	35 414	—	—
1978	41 807	—	—
1979	47 189	—	—
1980	50 750	—	—
1981	54 414	—	—
1982	58 674	—	—
1983	67 484	—	—
1984	73 365	—	—
1985	79 594	—	—
1986	86 982	—	—
1987	89 778	—	—
1988	94 694	—	—
1989	101 011	—	—
1990	107 767	—	—
1991	113 978	—	—
1992	123 612	—	—
1993	136 932	—	—
1994	157 073	—	—
1995	168 316	—	—
1996	172 912	—	—
1997	175 263	—	—
1998	178 137	—	—
1999	190 896	—	—
2000	207 607	—	—
2001	223 976	126 901	126 901
2002	238 944	47 657	174 558
2003	250 697	9 097	183 655

Fonte: INE/SEF.

**População estrangeira — residentes legais
e autorizações de permanência**

[GRÁFICO N.º 6]



A origem dos fluxos manteve-se relativamente estável até finais da década de 90 para também depois conhecer uma viragem brusca. Entre os finais da década de 70 e de 90 predominaram os fluxos provenientes do mundo lusófono: africanos oriundos dos PALOP, sobretudo, e um contingente estável de brasileiros. Estes fluxos configuram o que podemos designar por um «sistema migratório lusófono». A partir de finais da década de 90, a inserção do país no sistema internacional tornou-se mais complexa, com o rápido aumento da imigração proveniente da Europa de Leste — a principal responsável pelos números abundantes das «autorizações de permanência» — e de outros países exteriores às áreas de influência portuguesa. Quanto às características demográficas dos migrantes, estas têm variado muito com a nacionalidade e, sobretudo, a fase do ciclo migratório. Se, no caso da imigração africana, muitos dos fluxos já atingiram o patamar da reunião familiar, os recentes fluxos de Leste são sobretudo compostos por homens em idade adulta — o mesmo sintoma da migração de trabalho que já descrevemos para a emigração portuguesa.

Outras vertentes da imigração têm sido objecto de estudo, como o nível de instrução, regiões de destino e inserção profissional. De novo, as características dos imigrantes variam muito com a nacionalidade e a posição no ciclo migratório. Se a maioria das nacionalidades africanas se apresentou detentora de credenciais escolares baixas e qualificações profissionais débeis, o mesmo não se pode dizer de muita da imigração de Leste. Se a imigração

africana escolheu como regiões de destino a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, a imigração de Leste caracterizou-se por uma mais elevada disseminação no país. Apenas a inserção profissional destes migrantes se revelou comparável: na maioria dos casos, ocuparam posições desqualificadas em sectores como a construção civil e, no caso das mulheres, serviços domésticos.

Os canais de migração têm sido também muito variados. Se a imigração africana e boa parte dos fluxos «tradicionais» procederam da forma habitual das redes migratórias, existindo percursos individuais ou familiares que beneficiaram da entreaajuda de migrantes já instalados no destino, a imigração de Leste foi o primeiro sintoma alargado do funcionamento de redes de tráfico e contrabando de migrantes organizadas. Só o accionamento dessas redes permitiu não apenas a enorme velocidade que assumiu esta corrente migratória, como a facilidade de disseminação no país — decorrente da oferta efectiva de trabalho e da ausência prévia de comunidades de suporte. Sabe-se também que no caso deste último fluxo Portugal se ressentiu da sua condição de membro da UE e, em particular, integrante do espaço Schengen: foi o acesso dos migrantes a este espaço, por meio de vistos para países fronteiriços, que lhes permitiu uma rápida deslocação para Portugal (cf. Malheiros e Baganha, 2000, e Peixoto *et al.*, 2005).

LIGAÇÕES CRUZADAS

Pouco se tem escrito acerca das relações existentes entre emigração e imigração, apesar de a coincidência temporal dos movimentos e a semelhança de alguns atributos dos migrantes (características demográficas e sector económico de inserção, por exemplo) sugerirem algumas ligações especiais (as principais excepções são as de Baganha e Góis, 1998-1999, e Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002). Antes de mais, o volume quantitativo dos dois fluxos merece ser comparado. Apesar de ser difícil ter certezas sobre os números envolvidos, o saldo migratório parece ser positivo, isto é, favorável a Portugal. Considerando apenas os fluxos ocorridos nos últimos cinco anos em observação (1999 a 2003), notamos que os movimentos «permanentes» oscilam entre 4000 e 9000 por ano, no caso da emigração, e entre 11 000 e 17 000 por ano, no caso da imigração — neste último caso, adoptando como medida o incremento do número de residentes legais. A relação entre os movimentos temporários é mais desproporcionada: as saídas oscilaram entre 14 000 e 24 000 por ano, enquanto as entradas atingiram perto de 184 000 em apenas três anos (concessões de «autorização de permanência»). É certo que os movimentos temporários não deveriam contar para efeitos de cálculo de população residente (e saldos migratórios), mas a pro-

babilidade de alguns destes fluxos se poderem sedimentar — sobretudo no caso da imigração — obriga à sua ponderação. A existência de movimentos ilegais, não contabilizados — de novo superiores no caso da imigração —, tende, ainda mais, a impor o volume quantitativo das entradas.

A ligação entre os fluxos a nível do mercado de trabalho é a questão mais interessante a discutir. Vários mercados nacionais de trabalho surgem aqui articulados: o português, os dos países de destino dos emigrantes e os dos países de origem dos imigrantes. Considerando o mercado de trabalho em Portugal, as razões para a emigração são parcialmente desconhecidas: não sabemos qual a condição perante a actividade dos emigrantes (emprego ou desemprego), o sector de actividade predominante, a profissão, a qualificação e o nível de rendimento. O máximo que podemos fazer é inferir das notícias avulsas da emigração: muitos destes indivíduos deslocam-se temporariamente para a construção civil em países com rendimentos mais elevados do que Portugal. Tal significa ser esse sector de actividade um sector de inserção real ou potencial na origem que não permite auferir os mesmos rendimentos que se obtêm na emigração.

Em contrapartida, muitos dos imigrantes — africanos, alguns brasileiros e a maioria dos europeus de Leste — deslocam-se, precisamente, para o sector da construção civil em Portugal. Aí a procura de trabalho tem sido abundante, como se comprova pela fácil regularização, através das «autorizações de permanência», dos ilegais. A regularização obrigava à apresentação de um contrato de trabalho; mesmo contando com algumas irregularidades processuais, o certo é que as necessidades de trabalho foram elevadas e só recentemente deram sinais de se ressentirem. As cadeias de subcontratação instaladas, a margem para a existência de trabalho irregular, a precariedade contratual e os baixos rendimentos auferidos por esta força de trabalho levam, naturalmente, a sugerir tratar-se de um sector pouco atractivo para a mão-de-obra nacional, que prefere mover-se para outras actividades — ou, como vimos, para o estrangeiro. Num certo sentido, é ainda a tese dos mercados «secundários» e «primários» a funcionar (cf. Piore, 1979). Os primeiros são mais atractivos para os imigrantes, embora os portugueses os possam trocar algumas vezes por outros mercados «secundários» no estrangeiro. Corolário desta evidência é que o estudo dos mercados de trabalho, da sua segmentação e das migrações com eles relacionadas deve ser efectuado a nível internacional e não nacional.

O tipo de funcionamento e os mecanismos de regulação do mercado de trabalho em Portugal e, em particular, de sectores de actividade como a construção civil parece estar, assim, no eixo das ligações entre os fluxos. Caso o sector não se baseasse de modo tão forte em mão-de-obra intensiva, ele faria mais apelo a trabalho qualificado interno e menos a trabalho imigrante pouco qualificado (ou objectivamente desqualificado). Caso o sector fosse

mais fortemente regulado e fossem protegidos os níveis de rendimento da sua força de trabalho, tal deveria implicar um maior apelo a mão-de-obra nacional e menor a imigrantes. Esta última situação parece suceder em países como a Alemanha ou a Espanha, onde o emprego estrangeiro no sector da construção civil tem tido dificuldades de expansão. Em Portugal, a pouca regulação do sector torna-o pouco atractivo para os nacionais e interessante para os estrangeiros. Noutra perspectiva, se olharmos para o tema da migração como «complemento» ou «substituição», a imigração estrangeira parece funcionar muitas vezes como complemento (cf. Baganha e Peixoto, 1997). A ausência futura de alternativas para a emigração portuguesa poderá, assim, vir eventualmente a criar tensões sociais e laborais (neste sentido, v. Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002).

Olhar para os mercados de trabalho dos países de destino dos emigrantes e dos países de origem dos imigrantes permite completar este cenário. Os países de destino dos portugueses, habitualmente países mais desenvolvidos, sentem algumas necessidades conjunturais de mão-de-obra intensiva e oferecem, mesmo se a par de condições algo precárias, rendimentos aliciantes. Trata-se de trabalhos que, para além de conjunturais, não são atractivos para os seus próprios nacionais. Mesmo que se trate do modelo de sectores regulamentados que descrevemos atrás, pode suceder a ocupação de trabalhos qualificados pelos nacionais desses países e de desqualificados por migrantes — neste caso, incluindo portugueses.

Quanto aos mercados de trabalho dos países de origem dos imigrantes, estes sofrem, em muitos casos, de problemas endémicos de desemprego, subemprego e baixos rendimentos. Mesmo quando os migrantes são empregados e titulares de qualificações elevadas, é normal o apelo à migração, na perspectiva de realizar, num espaço de tempo mais ou menos curto, uma poupança intensiva. As estratégias de migração dos europeus de Leste podem não ser, assim, muito diversas das dos portugueses que saem. A primeira excepção é que a situação relativa dos portugueses tende a ser melhor na origem, o que explica percursos mais estritamente temporários de migração. A segunda excepção resulta do estatuto político das migrações. Os portugueses podem escolher destinos mais privilegiados na UE, por serem cidadãos comunitários e não enfrentarem riscos de expulsão. Os europeus de Leste trocam destinos mais interessantes por Portugal, porque a procura de trabalho é mais consistente e o risco de infracção política — estatuto de irregularidade e consequente expulsão — é menor.

O futuro dos fluxos de emigração e de imigração depende de uma série de indeterminações. Considerando apenas os movimentos de trabalho, tudo vai depender do tipo e grau de crescimento económico verificado em Portugal. Se o crescimento continuar baseado num uso privilegiado de mão-de-obra intensiva, os apelos para a imigração deverão continuar. Tal será ainda

mais evidente se o nível de regulação de alguns sectores não for substancial, isto é, se forem permitidas situações que levem à vulnerabilidade dos migrantes. O grau de crescimento será responsável pela existência, ou não, de apelos à emigração e imigração. Um crescimento fraco, ligado a desemprego, poderá gerar mais emigração e menos imigração. Tal poderá ser um dos desfechos do facto de haver um sério desvio de investimentos e fundos estruturais da UE para os novos países objecto de alargamento (cf. Peixoto, 2004a). Um crescimento forte, em contrapartida, levará a menos emigração (maior satisfação dos percursos de mobilidade social na origem) e mais imigração.

Emigração e imigração apresentarão ainda restrições e condicionantes específicas. No caso da emigração, o baixo potencial demográfico do país jogará um papel atenuador das saídas. Com a quebra duradoura da fecundidade desde os anos 70, as gerações de adultos jovens são cada vez mais estreitas, o que diminui o potencial para a emigração (a oferta de trabalho tende a ser mais facilmente suficiente). As expectativas sociais desempenham ainda um papel importante. Na actualidade, o facto de se esperar ser possível a realização de trajectórias sociais ascendentes no país inibe a possibilidade de existirem mais migrações permanentes. A existência, no plano simbólico (e material), de condições para cumprir objectivos de mobilidade na origem funciona como desacelerador de migrações. Ainda para a emigração, os factores políticos no destino agirão como variáveis importantes: a facilidade ou dificuldade das saídas ajuda a seleccionar destinos migratórios.

No caso da imigração, devemos contar com a pressão variável dos países de origem. Pressões de tipo demográfico e económico-social impelem à migração e variam muito com a origem dos migrantes. A pressão demográfica é mais própria das origens tradicionais, lusófonas, e pode estender-se a outros países menos desenvolvidos. Essa pressão não existe na Europa de Leste, sujeita — como o Ocidente — a um processo de implosão demográfica. As pressões económico-sociais são, em contrapartida, generalizadas. A inércia criada pelos primeiros fluxos migratórios, nomeadamente a tendência para o reagrupamento familiar, deverá ser também tida em conta. É provável que, durante alguns anos, os movimentos que conheceram recentemente um primeiro ciclo de trabalho possam gerar novos fluxos, agora compostos pelas famílias. A excepção à regra poderá ser um regresso acima do esperado de muitos migrantes — incluindo alguns europeus de Leste atraídos pelos novos destinos da UE pós-alargamento (cf. Peixoto, 2004a). Finalmente, as restrições políticas em Portugal serão decisivas. Políticas que promovam uma mais fácil integração explicarão uma maior sedimentação — e reunião familiar — dos fluxos. Políticas restritivas tenderão a dificultar novas entradas e a promover mais regressos ou reemigrações.

CONCLUSÃO

A transposição dos modelos teóricos que, em demografia, analisam de forma evolutiva o crescimento natural (relação entre nascimentos e óbitos) para o plano das migrações pode apresentar algum valor heurístico. Apesar das múltiplas críticas que lhes têm sido dirigidas, as teorias da transição demográfica têm demonstrado alguma capacidade de descrição e explicação dos factos empíricos, utilizando uma visão de largo espectro que se sobre põe às inevitáveis singularidades de cada contexto. Mesmo se as teorias da transição não são sequer uniformes nas suas concepções e têm sido alvo de várias apreciações negativas, o declínio progressivo da natalidade e da mortalidade em todos os países do mundo atribui alguma relevância aos seus argumentos. A aplicação da lógica da transição demográfica aos fenómenos migratórios levar-nos-ia a falar de «fases», «regimes» ou mesmo «transições» migratórias. Poderiam ser equacionadas situações como as da passagem gradual de emigração para imigração líquida — um facto que muitos países europeus têm conhecido —, variações no tipo de mobilidade ou no tipo de migrantes. Evoluções desta natureza poderiam ser correlacionadas com variáveis mais amplas, de tipo económico, social ou político, ou com a situação demográfica geral, incluindo o estágio da transição demográfica.

Na teoria sobre migrações, Zelinsky (1971) foi, até hoje, o autor que mais sistematicamente tentou elaborar um raciocínio deste tipo. A sua teoria da «transição de mobilidade» (*mobility transition*) é uma teoria de enorme ambição que pretende descrever e explicar a evolução de formas primitivas de mobilidade para as mais modernas formas, incluindo a «circulação» e a «mobilidade virtual». Apesar do seu interesse, Zelinsky é habitualmente ignorado no estudo das migrações. A enorme variação geográfica e temporal dos factos migratórios, dada a sua sensibilidade a variáveis contextuais e de curto prazo (como sejam relações entre países, ciclos económicos, políticas migratórias ou acontecimentos que despoletam migrações), explica a imprevisibilidade da sua evolução. O estudo das migrações tem antes privilegiado análises contextuais, destacando a natureza singular dos fluxos que interligam regiões geográficas específicas e a aleatoriedade de muitos processos. Apesar disso, algumas análises comparativas têm destacado regularidades, tal como a mudança de padrão migratório que alguns países apresentam no curso do seu desenvolvimento.

O estudo das migrações internacionais em Portugal é um bom exemplo do modo como as dinâmicas migratórias são complexas e de evolução dificilmente previsível. Apesar disso, o caso português permite detectar algumas regularidades. É possível argumentar que, na actualidade, existem razões estruturais que levam a que Portugal seja, simultaneamente, um país de emigração e um país de imigração. Essas razões assentam no tipo de cres-

cimento económico existente (muito intensivo em mão de obra e muito apoiado em sectores como a construção civil), no ritmo de reestruturação económica (geração de algum desemprego entre os nacionais), na dualidade dos mercados de trabalho (mercado primário para nacionais e secundário para migrantes) e no tipo de regulação dos sectores (existência de baixos rendimentos e graus fortes de precariedade em sectores como a construção civil). Esta simultaneidade coloca Portugal num lugar relativamente original à escala da UE: ser ao mesmo tempo receptor e emissor de muitos migrantes. Utilizando a linguagem dos «regimes migratórios», parece ser de um regime «misto» que se trata. Mais do que pensar em evoluções lineares de regime, com transições fáceis e suaves entre estádios predefinidos, são caminhos sinuosos e de desfecho incerto os que se podem perceber.

A análise de longo prazo e a comparação com outros países do Sul da Europa podem sugerir, porém, que algumas dinâmicas de evolução apresentem maior plausibilidade. É possível, assim, admitir que as pressões para a imigração são mais fortes do que para a emigração. Neste sentido, será possível que o país caminhe paulatinamente para um estatuto mais sólido, e mais familiar no contexto da UE, de contexto sobretudo de imigração. O facto de a transição demográfica portuguesa estar concluída, diminuindo as razões demográficas para a saída, e de a emigração actual ser sobretudo temporária, continuando os projectos de vida e trabalho dos indivíduos — nomeadamente percursos de mobilidade social — a passar por Portugal, confirma parte dessa possibilidade. O facto de a imigração tender a ser mais permanente, se poder prolongar com vagas de reunião familiar e de a pressão para a migração, na origem, ser ainda intensa explica a restante parcela.

Porém, mesmo admitindo que a imigração será o cenário dominante do futuro, a existência de situações «mistas» poderá prolongar-se por muito tempo. No extremo, poderá mesmo aceitar-se uma nova inversão do «regime» migratório em Portugal. Tais situações sucederão, com maior probabilidade, se existir maior pressão para a emigração, decorrente de uma deterioração das condições de vida em Portugal, e um menor fluxo de entradas, resultante de políticas nacionais mais restritivas ou de um possível «desvio» da imigração para os novos países da UE pós-alargamento.

A incerteza existente na evolução das migrações lembra-nos a particularidade da análise migratória no contexto dos estudos demográficos. Por um lado, as migrações implicam um estudo relacional que deve observar vários contextos económico-sociais em simultâneo. Não é apenas a sociedade portuguesa que está em questão, mas a sua inserção num sistema mais complexo de relações entre países. Por outro lado, as migrações articulam-se com a análise social: o desenho de estratégias de mobilidade social com ou sem migrações depende da «espessura» do tecido social em presença. Assim, por exemplo, o despovoamento de certas regiões há muito carentes

de crescimento natural demonstra que a desintegração social é um veículo possível para a saída migratória (e que as «pressões» demográficas nada têm a ver com o êxodo). Apenas o recurso a uma escala mais ampla de observação poderá resolver alguns destes problemas teóricos. A incerteza existente quanto à evolução das migrações em Portugal revela, de facto, a incerteza quanto à sua evolução como país. O caminho para uma centralidade ou perifericidade crescentes estará relacionado com as suas dinâmicas migratórias.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, MARIA IOANNIS (1993), «Principais características e tendências da emigração portuguesa», in AAVV, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol. I, Lisboa, Edit. Fragmentos/APS, pp. 819-835.
- BAGANHA, MARIA IOANNIS, e PEIXOTO, J. (1997), «Trends in the 90's: the Portuguese migratory experience», in Maria Ioannis Baganha (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta Editora, pp. 15-40.
- BAGANHA, MARIA IOANNIS, e GÓIS, P. (1998-1999), «Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 52-53, pp. 229-280.
- BAGANHA, MARIA IOANNIS, FERRÃO, J., e MALHEIROS, J. M. (orgs.) (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- BANDEIRA, MÁRIO LESTON (1996a), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, col. «Análise Social», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BANDEIRA, MÁRIO LESTON (1996b), «Teorias da população e modernidade: o caso português», in *Análise Social*, vol. XXXI (135), pp. 7-43.
- BRETTELL, CAROLINE B., e HOLLIFIELD, JAMES F. (eds.) (2000), *Migration Theory — Talking across Disciplines*, Nova Iorque, Routledge.
- CASTLES, STEPHEN, e MILLER, MARK J. (1998), *The Age of Migration — International Population Movements in the Modern World*, 2.ª ed., Londres, Macmillan.
- CAVALHEIRO, LUÍS M. (2000), *O Sector da Construção Civil Português: o Emprego e as Migrações para o Mercado de Trabalho Alemão*, mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- ESTEVES, MARIA CÉU (org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- HUNGER, UWE (2000), «Temporary transnational labour migration in an integrating Europe and the challenge to the German welfare state», in M. Bommers e A. Geddes (eds.), *Immigration and Welfare: Challenging the Borders of the Welfare State*, Londres, Routledge.
- KING, RUSSELL, LAZARIDIS, G., e TSARDANIDIS, C. (eds.) (2000), *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres, Macmillan.
- MALHEIROS, JORGE M. (2002), ««Nova» imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas», in *Cadernos Sociedade e Trabalho*, n.º 2, pp. 69-87.
- MALHEIROS, JORGE M., e BAGANHA, M. I. (2000), «Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do século XXI», in *Janus 2001 — Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 190-191.
- OLIVEIRA, ISABEL (2003), *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*, tese de doutoramento, Lisboa, FCSH, UNL.

- ONU (2000), *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?*, Nova Iorque, ONU.
- PEIXOTO, JOÃO (1999), «A emigração», in F. Bethencourt e K. Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, s. 1., Círculo de Leitores, pp. 152-181.
- PEIXOTO, JOÃO (2004a), «O impacto migratório do alargamento da União Europeia a leste — a perspectiva europeia e a de Portugal», in Maria Paula Fontoura e Nuno Crespo (orgs.), *O Alargamento da União Europeia — Consequências para a Economia Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora, pp. 105-122.
- PEIXOTO, JOÃO (2004b), «País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal», in AAVV, *Actas das Quintas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, pp. 95-120.
- PEIXOTO, JOÃO, et al. (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, ACIME.
- PEIXOTO, JOÃO (2007), «Dynamiques migratoires: les conditions du changement», in AIDELF, *Les migrations internationales: observation, analyse et perspectives*, Paris, AIDELF/PUF, pp. 351-354.
- PIORE, MICHAEL J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PIRES, RUI PENA (2003), *Migrações e Integração — Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- ZELINSKY, WILBUR (1971), «The hypothesis of the mobility transition», in *The Geographical Review*, vol. 61, n.º 2, pp. 219-249.